

PATRIMÔNIO

Brasília recebeu o título de Capital Ibero-Americana de Patrimônio Cultural 2026, durante encontro de entidade internacional, no Palácio do Buriti. A homenagem foi pela valorização e cuidado com o conjunto modernista que caracteriza a cidade

Reconhecimento à preservação

» BEATRIZ MASCARENHAS

Brasília é a Capital Ibero-Americana de Patrimônio Cultural 2026. O título foi entregue na abertura da segunda reunião do Comitê Setorial de Patrimônio Cultural da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI), no Salão Nobre do Palácio do Buriti. O encontro, que segue até amanhã, coloca em evidência a arquitetura e o planejamento urbano da capital federal, reconhecida mundialmente por seu conjunto modernista idealizado por Lucio Costa e pelas obras de Oscar Niemeyer.

Na cerimônia, o secretário de Relações Internacionais do Distrito Federal, Paco Britto, expressou alegria em receber o encontro e pelo prêmio concedido a Brasília. “Discutir o patrimônio cultural hoje significa discutir também planejamento urbano, sustentabilidade, desenvolvimento, equilíbrio. Estamos falando sobre identidade, memória coletiva, diversidade cultural e pertencimento. Somos uma cidade relativamente jovem, mas que já carrega uma responsabilidade histórica global”, destacou o secretário, lembrando que Brasília ostenta o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco desde 1987.

“O patrimônio cultural é memória e identidade, mas também é planejamento, gestão e responsabilidade pública”, afirmou a diretora-geral da UCCI, Luciana Binaghi Getar, diretora-geral da UCCI. Ela reforçou que a preservação de um patrimônio como Brasília exige visão estratégica, vontade política e cooperação constante entre os diferentes atores. “Por isso, celebro que estejamos todos aqui”, disse.

Durante o encontro, o subsecretário de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Seccec-DF), Felipe Ramón, explicou que as ações de preservação do patrimônio na capital seguem duas frentes principais: a restauração física de equipamentos históricos e o fortalecimento da educação patrimonial. Entre as iniciativas recentes, ele citou a reabertura do Teatro Nacional, intervenções no Museu Nacional da República e um convênio firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a restauração da Praça dos Três Poderes.

Além das obras de recuperação, a pasta também investe em iniciativas voltadas à conscientização da população sobre a importância do patrimônio cultural, como o programa Territórios Culturais, que leva estudantes da rede pública para visitar espaços e sítios tombados. Para ele, a preservação também depende de manter esses espaços em uso e integrados à dinâmica da cidade. “O patrimônio

Ed Alves/CB/DA.Press



Beatriz Mascarenhas/CB/DA.Press



Cerimônia no São Nobre reuniu autoridades locais e membros do comitê



O patrimônio cultural é memória e identidade, mas também é planejamento, gestão e responsabilidade pública”

Luciana Binaghi Getar, diretora-geral da Ucci

precisa estar vivo. Um equipamento fechado tende a se deteriorar mais rapidamente. Quando está em funcionamento, há mais condições de manutenção, revitalização e cuidado”, destacou.

O reconhecimento da capital como patrimônio no cenário

internacional também contribuiu para atrair visitantes, na avaliação do secretário de Turismo, Cristiano Araújo. “Esse reconhecimento é extremamente importante, porque amplia a visibilidade do destino, fortalece nossa identidade e estimula visitantes do Brasil e do

exterior a conhecer de perto um patrimônio único, que une arquitetura, cultura e diversidade em um só lugar”, afirmou.

O governador Ibaneis Rocha, ao lado de Paco Britto, também recebeu o título das mãos da diretora-geral da UCCI.

Qualidade de vida

A preservação desse conjunto urbanístico é fundamental não apenas como memória histórica, mas também como estratégia para manter a qualidade de vida da população. Para a arquiteta e urbanista Ana

» Cooperação

A União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) é uma organização internacional sem fins lucrativos, fundada em outubro de 1982. Atualmente, a rede internacional é composta por 29 cidades, de 24 países ibero-americanos. O objetivo é fomentar os vínculos, relações e intercâmbios para impulsionar o desenvolvimento harmônico e equilibrado dessas cidades. Do Brasil, além de Brasília, fazem parte São Paulo e Rio de Janeiro.

Clara Giannecchini, professora do Departamento de Projeto, Expressão e Representação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, uma das características mais marcantes do projeto de Brasília é o equilíbrio entre áreas construídas e espaços livres. “A presença de áreas verdes, espaços permeáveis e paisagismo é um diferencial importante da cidade”, afirma.

Ao **Correio**, a especialista também ressaltou que a arquitetura modernista dos blocos residenciais foi pensada para se adaptar ao clima do Planalto Central. Muitos edifícios foram projetados com

ventilação cruzada, janelas amplas e boa entrada de luz natural, o que favorece o conforto térmico e luminoso e reduz a necessidade de ar-condicionado ou de uso excessivo de energia elétrica. “Os pilotis também criam áreas cobertas de uso público ou semipúblico, que estimulam o encontro e fortalecem as relações de vizinhança”, observou. Outro elemento importante é a própria disposição dos edifícios nas quadras, que evita que um prédio faça sombra sobre o outro, garantindo boa iluminação e ventilação para todos os blocos.

Ana Clara reforçou que Brasília representa uma experiência singular de planejamento urbano que buscou conciliar organização espacial, contato com a paisagem e qualidade de vida. “A cidade expressa uma utopia urbana que procurou equilibrar o construído e a paisagem, propondo um modelo em que o adensamento construtivo fosse compatível com o bem-estar da população”, assinalou. Ao mesmo tempo, ela enfatizou que preservar o conjunto urbanístico exige olhar para além do Plano Piloto e considerar os desafios urbanos de todo o Distrito Federal, como mobilidade, habitação e desigualdades socioespaciais — temas que também dialogam com os debates internacionais sobre patrimônio cultural e desenvolvimento urbano.

DIREITO

Projeto em defesa das mulheres é lançado

» DAVI CRUZ

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília lançou, ontem, a Clínica Elas por Elas, projeto criado em comemoração ao Mês das Mulheres, com foco no acolhimento, orientação e fortalecimento feminino. A iniciativa vai oferecer apoio jurídico, emocional e institucional a mulheres da comunidade acadêmica e da sociedade em geral que se encontrem em situação de vulnerabilidade. O objetivo é garantir e resguardar os direitos em diferentes áreas.

A clínica vai funcionar de forma gratuita e está vinculada ao Núcleo de Prática Jurídica e ao Laboratório Jurídico da faculdade. Além do atendimento à comunidade, o projeto também foi criado para contribuir para a formação prática dos estudantes da instituição, que terão



contato direto com demandas reais e poderão participar das atividades supervisionadas.

Segundo o diretor-geral da Faculdade Mackenzie, Josimar Santos Rosa, a criação da clínica atende a uma demanda que existia dentro da faculdade. “O laboratório jurídico foi estruturado em diversas frentes de atuação. Havia o desejo de desenvolver uma iniciativa específica voltada para o atendimento de mulheres”, explicou. Ainda de acordo com o gestor, a proposta reflete a tradição da faculdade e o compromisso com projetos que promovam impacto social e cuidado com o próximo.

A coordenadora da clínica, professora e advogada Juliana Daher Delfino Tesolin, afirmou que a iniciativa foi idealizada ao longo de mais de dois anos e contou com parcerias estratégicas. “Estamos unidas com outras instituições que

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



Iniciativa da Faculdade Mackenzie vai oferecer, de graça, apoio jurídico e emocional a mulheres vulneráveis

vão trabalhar junto com a faculdade, para que a gente atue como uma clínica jurídica de acolhimento às mulheres vítimas de violência física, emocional, patrimonial ou psicológica”, disse Juliana.

Ela reforçou a importância da atuação das estudantes. “Nossas alunas vão aprender, na prática, como ajudar o próximo, como ajudar uma mulher. Serão mulheres atendendo mulheres”, disse. Sobre

o aprendizado dos estudantes, Juliana destacou que os alunos também participarão da produção de cartilhas informativas e de atividades acadêmicas.

A advogada Gabriela Manssur, presidente do Instituto Justiça de Saia e idealizadora do Projeto Justiça, afirmou que a eficácia das leis brasileiras depende da aplicação prática. “Temos uma das melhores leis do mundo de combate

à violência contra mulheres, mas somos o quinto país do mundo que mais mata mulheres. Isso precisa mudar.”

A estudante do 9º semestre de Direito, Débora Mendes, 21 anos, está empolgada com a ação. “Eu sou a primeira fã desse projeto e o considero muito importante ainda mais para a nossa geração, que tem tantas mulheres que são vítimas de diversas formas de

violência. Trazer isso para a faculdade, para quem está estudando Direito, lendo os livros, mas também está interessado na prática é enriquecedor”, acredita Débora.

Outra aluna, Aline Andrade, 21, reforçou o impacto social da iniciativa. “O projeto é essencial para entender a mão às mulheres vulneráveis que passam por violência doméstica. Além disso, é importante que a gente se mobilize para que mais mulheres ocupem cargos de liderança, como diretorias, presidências e posições públicas, garantindo acessibilidade e oportunidades tanto para a carreira quanto para a vida pessoal.”

O evento reuniu especialistas do Direito e representantes de instituições que atuam na defesa dos direitos das mulheres, entre elas a defensora pública Rafaela Mitre, coordenadora do Núcleo da Mulher da Defensoria Pública do Distrito Federal; a advogada Maria Augusta Palhares Ribeiro, cofundadora do coletivo Amigas da Corte; a advogada Julia da Baêre, cofundadora e presidente da Associação Elas Pedem Vista; e a advogada Nildete Santana, diretora da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccional Distrito Federal.